

Pesquisa FAPESP nº 2021/04556-0
ENTREVISTA COM A6
Cidade: Araraquara (São Paulo, Brasil)
Entrevistado: A6, 60+ anos, bacharel em direito e vereador
Entrevistador: Rodrigo Sartori Bogo
Local de realização da entrevista: Câmara dos Vereadores de Araraquara, escritório do entrevistado

TRANSCRIÇÃO

Entrevistador

- Muito bem A6, assim, primeiramente, tem a parte burocrática que eu preciso só que tu fale seu nome, se identifique, nome completo e que você autoriza a gravação.

A6

- Meu nome é A6 e eu autorizo esta gravação.

Entrevistador

- Perfeito, obrigado. Primeira coisa que eu acho que eu tenho que fazer é iniciar explicando um pouco da minha pesquisa em si e o contexto que ela está inserida. Então, o título da minha pesquisa é "Os impactos territoriais dos orçamentos participativos em cidades médias". Então eu estou focando em uma análise comparativa de como são os resultados do OP em cidades de tamanho médio, que seria o equivalente a Araraquara, é um desses estudos de caso, estou fazendo uma pesquisa mais geral do Brasil...

A6

- É acima de 150 mil habitantes?

Entrevistador

- O corte não é necessariamente por população, mas é mais relevante ao papel que essa cidade tem na rede urbana dela. Então, por exemplo, eu tenho quatro cidades que variam de 100 a 600 mil habitantes. Porque o que importa é a função dela como cidade média, né? Araraquara é uma dessas quatro que eu estou estudando de uma maneira mais aprofundada. Pela relevância que o OP tem aqui e também porque as quatro cidades que eu estou olhando têm desenhos de OP diferente, então eu quero observar essa diferença que diferentes desenhos geram no espaço. Por isso o meu vínculo com a geografia e tal. E essa pesquisa está inserida num projeto de pesquisa maior, também financiado pela FAPESP, que se chama "Fragmentação Socioespacial Espacial e Urbanização Brasileira", que é uma pesquisa que a gente tem com oito universidades que estudam uma série de cidades médias e as transformações delas nos últimos 20 anos, podemos dizer assim. Como que esses novos vetores da urbanização mundial têm influenciado nessas cidades, e eu vejo o OP como um vetor de transformação da cidade também. Esse é o meu objeto de análise, por isso que eu estou inserindo nesse projeto mais amplo. E aí para começar a entrevista, eu gostaria que tu falasses um pouco da tua trajetória profissional, pessoal e profissional, até chegar ao cargo de... você foi diretor do OP, coordenador, por quatro anos, se eu não estou enganado.

A6

- Quatro anos.

Entrevistador

- E aí até chegar a vereador, enfim, se puder falar um pouco disso.

A6

- Bom, a minha formação acadêmica é em Direito, eu sou o bacharelado em Direito. Eu tenho uma formação também em teatro, eu sou ator e diretor de teatro. Então isso me traz aí para uma gestão pública na área cultural, na área da cultura. Eu, no começo, na minha juventude, adolescência, juventude, eu vivia exclusivamente fazendo teatro, então percorria aí o Brasil inteiro com alguns espetáculos, fazendo espetáculos de teatro. Até o prefeito Edinho [Silva] ganhar [no pleito de 2000], já tinha uma relação com o partido, inclusive, que foi por meio do teatro que eu conheci o PT, o Partido dos Trabalhadores, tinham umas pessoas que fizeram teatro comigo que participavam ativamente do partido, eles acabaram me levando. E aí em 2000, quando o Edinho se candidata a prefeito, eu entro para ajudar, fazer o trabalho na campanha.

Entrevistador

- Você é de Araraquara mesmo?

A6

- Araraquara, eu nasci na verdade... eu nasci aqui na Gota de Leite, mas eu morava na Usina Tamoio, na seção Bela Vista, que pertencia na época à Usina Tamoio, e que hoje é o assentamento. - **Ah, sim.** - E também lá teve toda uma questão quando veio falir a usina, uma questão política e social que o próprio PT acabou interferindo em algumas ações lá, isso também é uma coisa que marcou, embora tinha 12, 13 anos, mas que foi muito marcante na minha trajetória. Então a partir de 2001, quando o Edinho assume a prefeitura, eu vou organizar um grupo de teatro, de oficinas culturais, ligadas ao teatro, chamado Lélia Abramo, que é uma atriz que passou por Araraquara, tem uma relação... tinha, uma relação com a Araraquara, ela já é falecida, e na época ela era viva inclusive... aí nós formamos esse núcleo de formação em experimentos teatrais. Então eu fiquei fazendo isso durante uns dois anos mais ou menos, dois, três anos do primeiro mandato do Edinho, aí ele teve uma recomposição do quadro de secretários e de chefia de gabinete, ele troca o chefe de gabinete, aí a pessoa que cuidava da parte de turismo e eventos da cidade vai ser chefe de gabinete, e eu vou para essa área de turismo e eventos aqui na cidade. Então eu comecei a organizar os grandes eventos, essa questão toda. Aí no segundo mandato do Edinho, quando ele se reelege, eu vou para a cultura, aí como gestor da cultura, coordenando as oficinas culturais, mas todos os elementos das oficinas culturais, todas as linguagens artísticas das oficinas culturais. Depois que o Edinho sai, sempre eu aí comecei a assessorá-lo, tanto ele como presidente do partido no estado [de São Paulo], então eu passo a ser assessor dele, a gente sempre está junto, a gente não se separa a partir daí. Aí depois quando ele se torna deputado eu fui assessor dele como deputado, e quando ele vai para o Ministério da Dilma [Secretaria de Comunicação Social], eu fico aqui no PT, mas sempre com essa parceria, vamos dizer assim, ou com essa dinâmica profissional, sempre ligado a ele, à figura do Edinho,

aí no caso ele como ministro. Aí quando ele volta em 2016 para cá, quando ele decide ser candidato novamente a prefeito, ele me chama e a gente estava conversando um pouquinho sobre a chapa dos vereadores da época, não tinha nenhuma pretensão em ser candidato, ser vereador, nunca planejei isso para minha vida. Aí ele faz e fala assim, "olha, a nossa chapa não precisa ser melhorada para poder ter mais votos, para a gente poder fazer três, quatro vereadores, a gente precisa de uma chapa que tenha pelo menos umas pessoas que tinham 500, 600 votos." E a gente não enxergava isso naquela chapa que estava posta na época. Eu concordei com ele, mas não esperava o convite que ele fez logo em seguida, que foi "Olha, eu acho que você tem que sair candidato." Isso me causou um certo impacto mesmo, porque não era uma coisa que me causava, nunca pensei no meu nome, disposto dessa forma. E aí eu fui, aí eu conversei com a minha família, não foi uma decisão que eu tomei claro no dia, mas eu acabei sendo candidato em 2016. E assim, foi muito rápido, isso foi em junho para uma campanha que já ia começar, tinha gente em campanha, pré-campanha, então assim, eu organizei a minha campanha de uma forma muito orgânica, e foi muito interessante o processo, porque aí eu consegui trazer vários grupos para ajudar nessa campanha, e eu tive na época 800 votos, e eu fiquei como o primeiro suplente. Então assim, foi uma surpresa a quantidade de votos, porque eu nunca tinha feito esse movimento, e foi uma campanha muito interessante de ser feita. Aí ele ganha, e aí ele faz o convite para eu assumir a coordenadoria do Orçamento... da Participação Popular, que aí começa essa minha ligação mais estreita com a questão da participação popular. Aí quando a gente chega, aí começamos a montar a equipe da participação popular, que não é só OP, mas tudo que traz, que é esse conceito de participação popular para a gestão, o que traz inclusive a questão do planejamento, a secretaria que estava o OP na época era de "planejamento e participação popular". Então, o planejamento orçamentário viria por meio da participação popular, essa era a ideia, de tal planejamento junto com a participação popular. Então a partir daí, a gente, em 2017, eu assumo o Orçamento Participativo. Aí quando eu vou pegar o que tem, o que tinha historicamente, ou o que tinha de registro sobre o Orçamento Participativo, porque nos oito anos que foi a gestão do prefeito Marcelo Barbieri, ele continua com o OP, tinha um outro formato, mas continua, pelo menos nos seis primeiros anos. Aí nos dois últimos ele realmente para de fazer as plenárias e tal, e você não tem mais o OP. Inclusive tinha muita reclamação na época, que foram obras que tinham sido cortadas, que não tinham sido feitas, enfim, foi uma opção do governo dele, não deixou, porque é uma opção de governo, mas a gente pegou esse quadro quando nós assumimos em 2017 e não tinha nenhum registro, nada. Inclusive nem da época que a gente implantou o Orçamento Participativo com a A3 à frente do OP. Aí o que tinha eram as memórias, então eu fui conversando com algumas pessoas, então a gente pegou desde a divisão geográfica, porque a cidade mudou muito daquela época, quando o Edinho deixou em 2008, foi o último ano do segundo mandato dele, para 2017, a cidade tinha crescido muito, toda aquela parte da zona norte principalmente. Então antes a cidade era dividida em nove regiões, e cinco temáticas, então a gente passa para doze regiões, é doze regiões... desculpa, onze, depois a gente montou mais uma, que é na zona norte, e seis temáticas, contando com a temática da cidade, que não tinha na época, na outra época, a temática LGBTQIA+. Então a gente, aí essa divisão geográfica foi uma coisa que a gente estudou muito, como fazer, como incluir as pessoas principalmente pensando em não separar bairros, onde você tem bairros próximos, pessoas que têm o poder econômico

mais elevado, de pessoas que têm o poder econômico menos elevado, então a gente pensou em não separar essas pessoas economicamente. E também, lógico, a questão da facilidade do transporte, de você estar vivenciando aquela região, porque uma região central é completamente diferente da região lá na zona norte ou na zona leste. Então a gente pensou nessa questão também, de você, das pessoas se locomoverem, porque a ideia do orçamento participativo que nós tínhamos na época não era só a questão das obras, da votação, das plenárias, e sim era manter um canal aberto de demandas da população para que a gente fizesse a ponte com os secretários, com a prefeitura. Então, aí a partir daí, nós conseguimos fazer essa divisão, a gente chamou alguns técnicos, inclusive pessoas que fazem campanha, que sempre fizeram campanhas eleitorais para a gente, que já tinham uma divisão mais ou menos na cidade, a gente fez um estudo de onde... para onde a cidade foi, a questão dos condomínios fechados, que era uma outra realidade do que era lá em 2008, então tudo isso foi levado em conta. Então, a partir dessa divisão geográfica a gente começa, a gente chama uma reunião com geral, com a população, isso tudo foi feito em janeiro [de 2017], aí em fevereiro, início de fevereiro, a gente chama essa reunião... veio umas 500 pessoas mais ou menos, onde a gente meio que pactua, apresenta as regiões para essas pessoas e pactua um documento, que seria um regimento interno do orçamento participativo, já que não é um projeto de lei.

Entrevistador

- Então, teve uma validação social, coletiva desse novo desenho?

A6

- Sim, teve, a gente colocou isso, e teve algumas sugestões de mudança, inclusive a gente já captou algumas outras...

Entrevistador

- Na regionalização em si?

A6

- Isso, a gente avaliou que não. Então, tinha essa preocupação de não segregar, era uma coisa muito forte na época, e a questão também de quem o mapeamento dessas lideranças e do que a gente tem em cada uma dessas regiões, tem de equipamento público, tem de igreja, tem de futebol, time de futebol, quem são essas pessoas, quem poderia nos ajudar a mobilizar a cidade para que de novo ela pudesse fazer a gestão participativa. Uma coisa que foi muito impressionante, que durante a campanha, eu participei na época como candidato e tal, mas sempre acompanhando o Edinho, as pessoas pediam muito para que voltasse com o orçamento participativo. Acho que foi o que mais a gente ouviu durante a campanha de 2016, foi isso. Logo, a gente fez uma reunião quando o Edinho montou, o secretariado, então a coordenação de participação popular não era uma secretaria, mas ela tinha um status qual. Eu participava de reunião de secretários, fazia parte do grupo de secretários, para os secretários também entenderem como que ia ser feita essa participação popular. Porque não adianta só a gente chegar e

consultar o povo se chegar dentro da prefeitura e isso empaca, ou isso não é tratado de uma forma prioritária. Então, porque tecnicamente é difícil você unir essas duas questões, o que a população quer, o que ela sente de necessidade lá no bairro, e o que os técnicos da prefeitura acham que é viável para aquela região. Então, sempre tinha um conflito, então por isso que eu fazia parte, inclusive do GT político, que é pessoas que pensam a cidade, pensam a gestão, e também eu fazia parte do grupo de secretariado, era tratado como se fosse um secretário. Então, a partir desse movimento, e a gente começa depois a fazer a sub, e depois que nós dividimos as regiões, a gente começou a fazer a subs e tal, e a gente tinha um instrumento que lá na época a A3 não teve, que era a questão da internet de uma forma tão popular, inclusive o WhatsApp, que foi a nossa grande ferramenta de contato com a população. Então, para você ter uma ideia, não sei como é hoje, mas na época a gente começou a montar esses grupos de Zap [Whatsapp] com as pessoas que participavam com a... não todos, claro, mas com os representantes de cada sub e de cada região. Então, a gente tinha o grupo da sub e os grupos regionais. Então, tinha mais de 70 grupos de WhatsApp, que aí tinha, nós tínhamos na equipe, cada duas pessoas cuidava de duas regiões, então eles faziam parte do grupo de WhatsApp dessas regiões, das subs, e eu estava em todos, porque eu tinha que ter o olhar do que estava acontecendo, porque aquela velha história, entra naquilo que eu falei, não é só a obra, é o buraco, é o que está acontecendo, é a saúde, a assistência social, então isso tudo para que a gente se tornasse uma referência, enquanto essa ponte com a prefeitura, para que a gente pudesse também, inclusive, falar para as pessoas participarem no processo do orçamento participativo.

Entrevistador

- Se criou, então, de certa forma, uma esfera pública virtual ali.

A6

- Sim, porque a gente recebia demandas de tudo quanto é tipo, e assim, e essa coisa da educação também, né? Então olha, isso não é, assim, segurança pública, é governo do estado, as pessoas confundem muito, lógico que você tem algumas parcerias, algumas coisas que você pode fazer para que a segurança pública seja amenizada, ou você não tenha tantos problemas assim, mas não é problema da prefeitura, não é uma questão da prefeitura, mas a gente sabe que é na cidade que as pessoas moram, então a prefeitura sempre é muito próxima, ainda mais quando a gente abre um leque de demandas, um canal, onde a gente fala "venha", e aí dá conta disso. Então, esse exercício foi... tanto é que eu acho que, assim, aí foi um sucesso de participação em 2017, no OP. Aí em 2018 já deu uma queda, e veio muito forte a questão da educação, das reformas, nos CRs, nas MFs, dos equipamentos públicos de educação.

Entrevistador

- Conversando com a A3, os registros são muito vagos assim, inclusive ela me falou sobre essa questão da memória institucional que você trouxe, essa ausência de memória institucional, que ela tinha com ela esses dados e foi perdido porque ela emprestou para um estudante que depois nunca devolveu, e esse é o tipo de coisa que deveria estar... - **Público!** - Público na prefeitura, mas enfim, todo o debate sobre a

institucionalização do OP, como lei e tudo mais, mas eu lembro que ela trouxe que no começo, nesse primeiro ciclo ali, 2001 a 2008, tem uma demanda muito grande por pavimentação e saúde, unidades de saúde da família e tal, e tem-se essa troca, num período mais recente, para educação com uma grande prioridade.

A6

- É isso. E o que acontece, o Edinho como prefeito, uma das primeiras leis que ele coloca é que os novos loteamentos, por exemplo, eles já têm, antes de ser uma coisa hoje... acho que é a nível federal isso, mas antes de ser, que tinha que necessariamente ter asfalto, ter energia, completo, de um bairro completo para que a SDU, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, liberasse para que fosse feito lá a construção de um bairro, um empreendimento nesse espaço. Hoje tem que ter, não é aprovado se não tiver isso no projeto. Então isso também muda um pouco essa questão. E aí também, porque o OP, 2001 a 2008, ele meio que deu conta desses bairros que historicamente não tinham asfalto. Então é por isso que acho que vem essa questão da educação, e assim, e mais uma vez eu penso, agora passando um tempo, que a questão da facilidade da comunicação também era uma coisa onde você tem umas pessoas mais organizadas, por exemplo, você tem dentro do WhatsApp o grupo da escola, os pais. Então você manda a mensagem ali, isso chega imediatamente para todas as pessoas. É diferente da pessoa que é uma liderança de bairro ou tem uma associação, a gente foi mapeando isso também, mas que era mais limitada. Então acho que tem todas essas questões. O que eu conversava muito com a equipe era o seguinte, "o que a gente tem que... a nossa função é fazer com que a informação chegue, que vai ter a reunião, a plenária do OP, que a gente está falando pelo orçamento público". Então, porque se a pessoa faz a opção de não ir, tudo bem, é uma opção dela, mas ela tem que estar sabendo. Ela tem que falar sim ou não, ou "não vou, eu não acredito, enfim, não quero, não vou perder meu tempo". Então uma outra coisa que também, aí já vem, a gente junta as duas coisas, a gente teve uma certa resistência no início, inclusive da parte do governo, na forma de divulgar, de mobilizar essas pessoas, que foi a questão do carro de som. Porque você tem toda uma discussão de poluição sonora, é uma coisa complicada, mas funciona muito, muito. É o que mais funciona, na verdade. Então isso também foi usado como forma de divulgação, além desse mapeamento que nós fizemos, do que tinha de igrejas, enfim, tudo que tinha em cada região.

Entrevistador

- Então teve um investimento bem grande para a divulgação?

A6

- Para a divulgação, para que as pessoas comessem a falar "voltou de fato". Então isso a gente consegue fazer, então a participação em 2017, eu não tenho os números aqui, mas eu não sei se vocês já têm.

Entrevistador

- Eu tenho, mas eu não lembro de cabeça quantos são.

A6

- Mas assim, foi bem expressivo, 2018 cai, 2019 acho que foi o recorde. Acho que o recorde até hoje foi 2019 se eu não me engano.

Entrevistador

- 2023 passou. - **2023 passou?** - 2023 passou, mas 2019 era o maior valor.

A6

- Uhum, e aí vem a pandemia também. Então é uma questão que depois, né, então a gente faz 2017, 2018 e 2019, as reuniões da OP. Aí 2020 a gente faz o primeiro congresso de participação popular, junto com a economia criativa e solidária, trabalho de geração de renda e tal. Foi o último evento que o governo fez no ano, que foi acho no final de fevereiro, antes de entrar a pandemia. Aí a gente já estava com as reuniões marcadas, aí teve a decisão de não acontecer. Então a própria conferência, que foi acho que a primeira, ela foi prejudicada, embora tenha ido bastante gente e tal, mas em função já estava um clima de "ah, tá chegando no Brasil, não sei o quê e tal". Mas a gente faz, mesmo assim, a gente manteve. E aí depois, já logo em seguida, a gente não tem mais as reuniões do Orçamento Participativo. E aí depois eu vou falar um pouquinho o que a gente fez na época da pandemia, que acho que é interessante também. Mas, assim, além do orçamento, de você discutir o orçamento e de você criar esse canal de demandas com a população, a gente também coordenava a questão da Prefeitura nos Bairros, que também é uma forma de você fazer com que as pessoas participem, da zeladoria principalmente, ou dos serviços prestados pela prefeitura. A gente tinha também a retomada dos conselhos municipais, que também era uma coisa que ficaram poucos, então na época a gente...

Entrevistador

- Pelo governo Barbieri?

A6

- É. Aí ficou aqueles essenciais que tem que ter, para poder receber verba e tal, os outros.

Entrevistador

- Hoje são mais de 30, né?

A6

- É, na época, quando eu deixei, eram 32. Não sei hoje como que tá, deve ser isso. - **É por aí, 35 acho.** - E também uma outra coisa que a gente começou a implantar são os conselhos gestores nos conselhos de saúde, na área de saúde, que também era uma coisa que tivemos muita resistência, mas que hoje está acontecendo com uma certa... certa não, com bastante... Como é para ser, uma vez por mês, porque eles são os agentes que trabalham, os funcionários que trabalham naquele posto, eles são avaliados, para

inclusive que recebam uma gratificação na final do ano, e uma das avaliações, um dos critérios, são vários, mas é se o conselho gestor funciona ou não. Então isso é um incentivo, para que o conselho funcione, tem que funcionar, funcionou. Então tem isso, então [há] a Prefeitura nos Bairros, os conselhos municipais, e as conferências que a gente passou a fazer, nós fizemos acho que 22 conferências, dos mais variados temas, e as conferências a gente mandava para cá, para câmara, um plano, para que seja votada aqui. Então a gente sempre vinculava, por exemplo, se na conferência saísse alguma coisa que demandava um valor que fugisse da questão do orçamento, uma construção, algum programa que fosse um valor muito alto, ele tinha que necessariamente passar pelo orçamento participativo, para uma coisa não anular a outra. Então a gente também pensa nessa organização.

Entrevistador

- Então tinha um sistema de participação, você pode falar isso.

A6

- Um sistema, era um guarda-chuva com várias ações, que era de participação, inclusive uma participação direta dentro do gabinete do prefeito, que acho que era o Café com o Prefeito, não sei, mas o Edinho também fazia esse atendimento à população, aí um pouco a depender da agenda dele, mas a ideia era a [cada] 45 dias, então o que chegava "olha, eu quero falar com o prefeito", então a gente marcava, então era demanda lá com o Edinho.

Entrevistador

- E esse desenho que vocês elaboraram de sistema de participação, integração entre diferentes instrumentos mesmo, não é institucionalizado, né? É algo que foi montado dentro do governo, mas não é uma coisa que foi passada em lei, por exemplo?

A6

- Não. - **Não, né?** - Só o que foi passado em lei foram esses planos das conferências, isso foi. Então a gente tem essas leis, foram votadas, inclusive teve algumas dificuldades em votar algumas leis aqui, por exemplo, dentro do COMAD [Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas] foi votada a questão da redução de danos. Então foi uma coisa que eu tive que vir para cá para negociar, porque não queriam votar, não queriam aprovar, porque se você reprova a lei, você reprova ela toda. Então a gente teve que retirar algumas coisas, aí você consulta as pessoas que fizeram a conferência, ou os principais elementos ali, ou o próprio conselho da pasta, então teve essa negociação. Mas eu acho que basicamente é isso, e aí quando vem a pandemia também, eu acho que foi uma grande dificuldade, foi a questão da continuidade das obras, porque aí todo o investimento vai para a pandemia, para salvar vidas. E aí então toda a equipe do OP na época, quando decide se fechar a cidade, acho que umas das primeiras cidades que foram fechadas, que teve lockdown, acho que foi uma referência no mundo inteiro o que nós fizemos aqui, que fechou tudo mesmo, nem... só ficou farmácia, não ficou nem mercado, supermercado. Então o que nós fizemos, a gente montou com a equipe, junto com a assistência [social], uma equipe, um núcleo de

solidariedade. Então a gente fazia atendimento de domingo a domingo, das 8 horas da manhã às 20 horas, a equipe do OP vai para um espaço isolado, mas a gente vai para lá para fazer a arrecadação de alimentos, e também para você fazer alguns atendimentos, se tem uma pessoa idosa, então ela não consegue ir até a farmácia, a gente fazia essa ponte, aí a gente começou a organizar os voluntários de cada uma das regiões, já que a gente tinha esse acesso com esses grupos, para que as pessoas comessem e se ajudarem, principalmente as pessoas que tinham comorbidades, que não podiam estar mais expostas. E além dessa arrecadação, aí a gente abre uma conta também para arrecadação financeira, para poder comprar alimentos, aí a guarda a gente envolve também, a guarda municipal, agentes de trânsito, já que a cidade estava parada, para fazer entrega, então isso também ficou por conta... aí depois da equipe de participação popular, a gente montou isso em 3 dias, os 0800 e tal, foi uma coisa assim muito impactante na época. E funcionou, assim, nós tivemos por um tempo, e depois foi retomando algumas atividades aos poucos.

Entrevistador

- Ótimo. E esse sistema de participação, o próprio orçamento participativo enquanto instrumento, você percebeu durante o seu tempo lá alguma integração com o plano diretor? Você debatia, por exemplo, como que o OP pode influenciar no plano diretor ou não? Isso estava, esteve presente de alguma maneira?

A6

- Olha, quando a gente faz a divisão...

Entrevistador

- Desculpa, só porque você falou que estava na Secretaria de Planejamento e Participação Popular, né?

A6

- É, mas planejamento econômico. - **Ah, ok.** - Não é SDU.

Entrevistador

- Não o planejamento urbano, ok. O planejamento urbano está na SDU? Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

A6

- Então era no planejamento econômico. Quando você faz o planejamento, por exemplo, PPA, LDO e a LOA. São as três. Então era lá que fazia... as outras secretarias... Porque tinha algumas coisas, por exemplo, porque a gente sempre falava "olha, a gente garante a prioridade, a primeira obra que passou, a segunda... não que não vai fazer, mas não é uma coisa que a gente garante". Mas mesmo quando tinha alguma coisa que vinha alguma emenda, alguma coisa de fundo perdido, algum orçamento fora o orçamento próprio da prefeitura, aquelas... o OP não garante, o orçamento próprio não garante as obras

do OP. Não dá, o dinheiro não dá. O Edinho me chamava e falava assim "olha, o que a gente tem que saiu na OP, o que foi discutido tal para tal área?" "Ah, tem isso". A gente sempre consultava o que tinha saído para a gente poder decidir o que fazer quando vinha algum recurso de fora, a não ser que a pessoa que conseguiu esse recurso ele carimbava para tal coisa. Aí a gente não interfere. É que nem aqui "olha, conseguiu uma emenda de um deputado". "Então, mas eu quero uma emenda que vá para isso". Então, aí não tem como, mas normalmente a gente fazia essa consulta nas atas, nos históricos, para saber onde investir mesmo esse dinheiro que vinha de uma outra maneira, que não seja recurso próprio.

Entrevistador

- Perfeito. E, dentro desse período que você ficou na coordenadoria da participação popular, quais foram os maiores desafios e dificuldades que tu viu?

A6

- Ó, eu, assim, que a gente... é a continuidade da participação, então o que falta, né? Por que não continua? Porque não tem a conscientização. Então as pessoas não têm a consciência... A gente não... assim, não é que as pessoas não tenham. A gente vê também que a gente não teve condições de provocar nessa pessoa a questão de... provocar nela a questão do orçamento, né? De você... que a gente não pode decidir por ela. Ela nos eleger para que a gente represente ela, não que a gente decida por ela. Então esse entendimento é muito difícil você colocar para a população. Então isso é uma coisa que eu acho que a gente não pensa, porque o calendário é muito apertado e não pensamos. Nos quatro anos que eu estive, lógico que a gente teve aí dois de pandemia, mas a gente conseguiu fazer um ano só de formação para os representantes do orçamento participativo e também para os conselheiros, de como funciona o orçamento público. Então a ideia era essa, né? Mostrar como funciona o orçamento, tal, para que as pessoas tomem consciência e exigir os seus direitos ou saber fiscalizar. Então foi um curso muito completo, muito bom, por sinal, acho que teve duração de uns três, quatro meses, né? Uma vez por semana. E inclusive com a participação do Tribunal de Contas, com um agente do Tribunal de Contas, onde eles também explicando como eles fazem a fiscalização da gestão pública. Então isso é uma coisa que eu acho que falta, que a gente tem que pensar nesse investimento, nessa formação para que isso se torne uma coisa independente de quem esteja. As pessoas elas pedem o retorno, mas elas pedem, e aí elas vão, botou a creche do filho, ou a MF, tal, aí no seguinte ela não vai de novo. Então isso era uma coisa que me incomodava, né?

Entrevistador

- Talvez isso explique um pouco a participação não só pela divulgação e tudo, mas a participação bem elevada no primeiro ano, porque daí tinha esse anseio popular pelo retorno do OP, aí ocorre, muita gente [fala] "ah, ok, voltou, votei a minha demanda", não aparece em 2018, por exemplo.

A6

- É isso, é isso. E aí como que a gente também... uma outra coisa que eu gostaria de ter implantado e não conseguir também, não sei se está tendo essa discussão, porque aí você entra pensando na formação, na educação, né? De essa participação direta, do exercício da democracia direta, inclusive falando do orçamento. É você fazer um OPzinho nas escolas, por exemplo. Então vocês têm o dinheiro destinado direto para a escola, né? Você faz o repasse, então esse dinheiro, esse valor, ali, lógico, de que forma, tal, mas você montar um OP dentro das escolas e aí você passa a ter uma formação do que é orçamento público nas escolas.

Entrevistador

- Eu vi isso em Portugal, lá é lei, inclusive.

A6

- Isso é muito legal. Então é uma coisa que aí você vai educando, né? Você passa a ser parte, você tem que fazer parte, tem que se sentir parte do processo de fato. Não sei, porque assim não adianta você fazer um projeto de lei falando "olha, vai ter o OP", porque assim, o projeto de lei ele faz e desfaz. Se não tiver essa vontade popular, essa pressão popular, é muito difícil você manter. Porque você vai minando, de uma forma ou de outra você consegue.

Entrevistador

- Como aconteceu em Porto Alegre, por exemplo. - **É isso.** - Apesar de ter o OP mais forte do país, ele foi sendo minado aos poucos pela...

A6

- É a questão também de não fazer as obras, então isso é uma coisa que também, assim, é difícil. E a questão, uma outra questão também, acho que a gente tem que pensar, que depois de votado, então você tem lá os representantes. Então criar um mecanismo para que de fato esse representante ele volte para a sua comunidade... Que ele volte e preste contas do que está acontecendo, isso também às vezes não acontece, que também é porque não tem a formação. Tudo parte da formação, da conscientização. Não deve ser uma coisa forçada, tem que ser uma coisa... a pessoa tem consciência disso.

Entrevistador

- Perfeito. E uma coisa que eu percebi assistindo as conferências, eu tive presente em quatro das edições. A abertura, a final e duas ali regionais, vamos dizer assim. E foi alguns [sic] debates que vocês têm feito em relação a mudanças no desenho. Por exemplo, teto orçamentário para obras, ou quem sabe uma delimitação de valor, ou de porcentagem e também o formato bianual para o OP. De onde isso surge? Quais são as motivações para esses debates de mudanças no desenho?

A6

- Ó, porque assim, primeiro é que eu acho que a gente tem que fazer uma grande discussão no país que é o pacto federativo. Então assim, está sobrando muito pouco de investimento para todas as prefeituras, não é uma questão de Araraquara, porque tudo está vindo para a prefeitura. Você tem aí um custeio muito alto que sobra muito pouco de investimento. Então pensando assim, porque como eu já disse anteriormente, a grande maioria das obras do OP é muito pouco de recurso próprio. Ou é contrapartida, ou é recurso do Edinho foi atrás em levar algum deputado, ou com o governo federal, com o governo estadual.

Entrevistador

- Desculpa, só um parêntesis rápido, como funciona a contrapartida?

A6

- A contrapartida é o seguinte, uma empresa vai fazer um investimento na cidade, é o RIV, tem um impacto de vizinhança. Então a gente criou o Fundo, e foi criado quando a gente foi gestor em 2017. Porque isso parte... vai naquele impacto que vai causar naquela vizinhança, e com o Fundo, ao invés de ela fazer a contrapartida em obra, ela depositava nesse valor que a gente usava para o orçamento participativo. Então era um caixa do OP. E é o dinheiro que entra, é um dinheiro bom. A década teve um boom de investimentos também, foi uma das cidades que mais cresceu nesse último [censo do] IBGE que teve, enquanto muitas diminuíram. Então é isso... qual que era a pergunta mesmo que eu perdi?

Entrevistador

- É sobre essa questão das mudanças no desenho.

A6

- Ah tá, tá, é verdade. Quando... São Bernardo [do Campo/SP] já fazia isso, não sei se você teve acesso, quando foi, quando tinha o orçamento participativo.

Entrevistador

- Ainda tem lá inclusive, deu uma mudada, mas ainda tem.

A6

- Lá são de dois em dois anos. Então a gente conversando um pouco com o Marinho, ele esteve aqui a pouco tempo também, e eu tinha compromisso com o Edinho e falei "Olha, São Bernardo fez esse modelo..." - **Em BH também.** - É, em BH também. Por quê? Por causa da questão de valores mesmo. O que eu penso... porque não adianta você eleger 17, 18 obras no ano, por ano, obras de 3, 4, 5 milhões [de reais], se você ir lá na frente você não vai dar conta de conseguir, de garantir que realmente isso aconteça. Porque só com recurso próprio você não consegue. Então aí, vai muito do gestor que estiver à frente da prefeitura. Ou, por exemplo, assim, também a gente ter uma... aqui. Vou dar um exemplo aqui na câmara municipal. A gente consegue as emendas, mas você tem o seu interesse eleitoral para essas

emendas. Ou você tem o compromisso que você assume com a população. Então dificilmente todas as emendas vão para o OP. Algumas sim. Eu consegui uma emenda na saúde, da Erika Hilton [deputada federal] de R\$ 1 milhão. Então assim, olha, prefeitura, eu consulto, eu sou da base do governo. "Tem isso aqui que é do OP, eu tenho esse compromisso aqui", beleza, não tem problema nenhum, porque eu também acredito nessa questão da participação popular, seria muito hipócrita da minha parte [risos] "não, não, é meu, não quero que vá", sendo que eu conduzi esse processo por um período. Então assim, então tem essa questão financeira, porque para você ter uma ideia, lá na época da A3, 2001 a 2008, se garantiam as duas obras mais votadas. A primeira e a segunda lugar. Só que eram nove [na verdade, eram 7, mais 5 temáticas] regiões. E aí, agora não, agora se aumenta. Mas por outro lado, você... por exemplo, tem um exemplo que eu sempre busco citar, que é da Chácara Flora, que é muito grande, um bairro que era um bairro de veraneio, que as pessoas não moravam lá há um tempo atrás. Então tinha a chácara, tinha a sua casa, que ia passar final de semana e tal. E hoje, sim, depois de um tempo para cá, as pessoas passaram a morar lá para não manter duas casas, enfim. E aí os motivos são diversos, mas tem essa ideia. E aí começou a ter essa necessidade de a cidade chegar até lá. O asfalto é uma necessidade, uma delas. Então, assim, quando foi, eles se organizaram de uma forma muito... assim, acho que até hoje, eu acho que é sem ser escola, um modelo de organização que eles tiveram lá é um pessoal de classe média baixa, classe média, né, que moram ali, e aí eles ganhavam. Todos, ganharam três anos consecutivos. Mas sempre deixando claro, olha, não vai dar para fazer o bairro inteiro. Não é porque eu ganhei o asfalto que a gente vai fazer o bairro inteiro. Então essa discussão, se faz necessária também. Então assim, olha, tem esse limite orçamentário para garantir que alguma coisa seja feita, porque se você ficar sempre com a totalidade, você corre o risco de não fazer nada. O ótimo é o inimigo do bom, né, essa frase aí. Então assim, acho que é colocar esses limites, acho que é importante, para garantir a continuidade, senão vai chegar uma hora que você, não que não vai ter, mas se você deixa de fazer alguma obra, você...

Entrevistador

- A credibilidade cai, né?

A6

- Mas... sim, é o que mais cai.

Entrevistador

- E quantos por cento do investimento da prefeitura hoje está indo para o OP, sabes me dizer, mais ou menos?

A6

- Eu não tenho essa informação precisa, mas é pouca coisa, não vai muito.

Entrevistador

- Mas eu digo... da fatia do investimento, não do orçamento total.

A6

- Não, é, por exemplo, se você tem o custeio, você tira, porque de custeio...

Entrevistador

- Não, não, custeio, salário, dívida pública...

A6

- É, sim. É muito alto. Sim, sim.

Entrevistador

- É, porque quando eu faço esse cálculo...

A6

- O que sobra, o que sobra é para investimento. Cara, eu posso até ver depois de passar essa informação com o pessoal de finanças.

Entrevistador

- Acho que eu vou dar uma passada lá hoje, ver se eu consigo.

A6

- Fala com o Adriano. - **Adriano?** - É, Adriano Altieri. Ele vai saber te passar isso. [conversa sobre o contato] E aí o que sobra de investimento... agora, assim, eu não sei se ele vai saber o que vai para o OP necessariamente.

Entrevistador

- Sim. É, pegando os valores aí depois da para fazer uma estimativa.

A6

- Mas aí dá, porque assim, aí você pegar... porque cada obra, não sei se você viu isso com a A1, mas lá tem de onde sai o investimento...

Entrevistador

- Tem, eu estou com essa tabela.

A6

- Então aí isso, dá para você ter uma ideia, né? O que é emenda, o que é... Porque assim, você pode também, às vezes, se dispor de algum terreno, por exemplo, que não tem... que não tem sentido nenhum

para a prefeitura e esse terreno se transforma em recurso próprio, que é um bem, e aí também pode-se poder usar para a obra.

Entrevistador

- Perfeito. Aí teve um elemento que você trouxe sobre essa... a questão da própria divisão regional, que como que vocês buscaram ali, fazer uma... um planejamento mesmo, um processo que permitisse uma certa homogeneização social.

A6

- Sim, pensando na questão socioeconômica. Também, né? Não só.

Entrevistador

- Exatamente. E a partir..., mas mesmo levando isso em consideração, ainda tem desigualdades dentro das regiões, né? Acho que... - **Tem.** - E você vê o OP como uma ferramenta de integração entre diferentes classes sociais?

A6

- Ó, ele acontece quando você tem o... O interesse específico. Aí entra naquela coisa do interesse da obra, mas já aconteceu. Por exemplo, lá na Chácara Flora é um exemplo nisso. Então eles se mobilizam, né? Aí na época a gente não colocou a... hoje tá, voltou a rural, a zona rural. É... que aí são os assentamentos, disputa entre assentamentos.

Entrevistador

- E o Bueno de Andrade também, né?

A6

- E a gente... e o Bueno. Mas o Bueno que você tem ali o Horto também, que é um assentamento pequeno, mas você tem, mas Bueno também porque é um distrito, né? Então aí eles se disputam entre eles e a Chácara Flora que era... Antes era... Geralmente porque a gente pensou não na questão de ser assentamento, embora tenham necessidades diferentes, né? Mas a gente na época, na avaliação, era que era ruim colocar um assentamento disputando com o outro. Essa era a percepção. Mas assim... E aí só que teve duas questões. A Chácara Flora, muito organizada, disputando [com] o assentamento Monte Alegre, eles [assentados] perderam todas. Por pouco, mas perderam e aí assim era uma coisa muito difícil. E pelo contrário, aí você tem uma outra região que é a da Bela Vista, também organizada. Só que os bairros que compunham junto com a Bela Vista não eram tão organizados quanto a Chácara Flora. Então a Bela Vista levou todas. Então o investimento não teve no assentamento Monte Alegre, teve só na Bela Vista. Então aí teve... bom, tão colocados, vão voltar a ser uma [região] juntos, né? Os assentamentos que tarem... Aí você... porque é mais ou menos o mesmo tamanho e tal. Então tem isso que mais aconteceu. Acontecia isso, acontecia na plenária das cidades, onde você tinha alguns interesses

também, né? De por exemplo, assim, ah... o hip-hop acho que foi, a casa do hip-hop acho que foi na [plenária da] juventude. Mas você tinha algumas coisas nesse sentido também, das pessoas se organizarem para conseguir algo mais elitizado, né? Ou considerado elitizado. E o centro da cidade sempre foi muito... assim, porque no centro teoricamente você tem tudo de equipamento. Então sempre também você tem uma... não tinha muita participação, porque não tinha esse interesse. E ao mesmo tempo você tinha aí essa questão de o que surgia sempre era alguma coisa mais ligada a algum programa e tal. Aí teve a reforma das duas escolas que ficam no centro, e aí você vai "ah, a praça, não sei o quê, o parque infantil", que sempre era colocado, mas nunca... nunca ganhou. Aí veio o recurso, inclusive acabou fazendo também. Mas é isso.

Entrevistador

- E quem que se beneficia mais do orçamento participativo? Em termos sociais.

A6

- A população que mais precisa, né? Eu acho que é a questão da falta, quando você tem a falta de equipamentos. Porque assim, ó, quando você fala "ah, só deu escola", você está aumentando o número de vagas, e é uma dificuldade do município. Principalmente de 0 a 3 [anos de idade]. É onde você não é obrigatório. Então assim, não é só a reforma. Você está ampliando, você está aumentando, então isso vai beneficiar aquela mãe que consegue trabalhar porque ela não tem como pagar o babá. Então eu penso que sempre, como lá na Zona Norte, se não fosse o OP, todas aquelas obras de educação... porque ela [zona residencial] foi entregue só com uma UPA que funcionava de uma forma muito ruim, inclusive, e aí a gente está falando de quase 20 mil pessoas. Então esse instrumento vai beneficiar quem se organizar melhor, quem conseguir se organizar, mas só que quem se organiza? Quem necessita. Então acaba beneficiando mais as pessoas que mais precisam do serviço público. Ou as minorias políticas. Por exemplo, se você... um Centro DIA para pessoas com deficiência, que é aquelas pessoas que têm a deficiência, que já não têm mais idade para ir para a APAE, nem o sistema de ensino para acolher, não têm condições de pagar uma clínica, a mãe, normalmente a mulher, ela fica... a vida dela é dedicada para cuidar daquela pessoa, e aí no OP de pessoas com deficiência sai a necessidade do Centro DIA. Isso não teria se não fosse o OP, dificilmente um gestor público ia... por mais que você tivesse ali uma pessoa, uma mãe, duas, é diferente de você juntar 100 mães e falar assim "Olha, a gente quer viver, a gente precisa de um tempo para viver." É isso, porque aí ela vai ter um tempo livre para ela. É uma coisa que às vezes a gente, enquanto sociedade, é essas... é uma minoria. A gente não para enxergar aquela pessoa, aquele indivíduo de forma única.

Entrevistador

- Então você vê que o OP gera uma inversão de prioridades?

A6

- Sim. Ele gera. Por isso que é importante que as pessoas saibam que acontece, que esteja acontecendo o processo. A mobilização é de extrema importância, porque senão fica injusto também.

Entrevistador

- E você tem trazido... enfim, toda essa questão da mobilização e da participação popular, né? E nós falamos como que o desenho da regionalização influencia a participação, influencia quem vai, como que está lá. E eu queria inverter a pergunta para ver qual é a sua opinião sobre como esse desenho regional influencia os resultados. Você acha que, por exemplo, se fosse diferente o desenho das regiões, os resultados seriam diferentes? Você acha sim?

A6

- Sim, eu penso que sim. Eu já dei esse exemplo, né? Que a gente dá, da Chácara Flora com os assentamentos, isso é um exemplo típico, né? E aí você tem que também entender nessa divisão geográfica o número de pessoas que moram em cada região. E a facilidade de você... por exemplo, você tem a Zona Sul, ela é uma região grande também, mas ela geograficamente é muito espalhada, diferente da Zona Norte, que é mais concentrada e é muito mais gente. Então assim, aí você pega o bairro do Hortênsias, esse é um bairro super isolado, e aí ele vai junto com a Zona Sul. Mas é um bairro isolado que às vezes é mais fácil as pessoas se mobilizarem, porque todo mundo conhece todo mundo, é mais fácil você circular ali, você passa o carro de som ali duas, três vezes, todo mundo fica sabendo. Diferente das outras, da própria Zona Sul, CECAP, Iguatemi, Vitor de Santi, Ieda, enfim, toda aquela região ali é muito ampla. Então, às vezes você tem que tomar esse cuidado. E uma outra coisa, você tem que fazer um rodízio de onde acontecem as plenárias, principalmente as plenárias regionais onde é decidido a obra. Não pode ser só num lugar só. E aí você tem que garantir também o transporte para quem não... porque é longe. E assim, as pessoas não têm grana, não têm carro, então você tem que garantir o transporte, essa mobilização do transporte, e garantir também que isso circule. Então, se eu fiz na Sub-1 daquela região, esse ano eu tenho que tomar um lugar na Sub-2, e assim por diante, porque isso também influencia. E garantir que a Sub-1, que os representantes ali se mobilizem e que o tanto de transporte que for necessário para levar até ali.

Entrevistador

- Perfeito. E tem um elemento que eu acho bem relevante, que é essa questão, e a gente já tratou isso, da estabilidade do processo, até vocês tiveram um período de um governo que, enfim, não era... um governo diferente, né? Outro alinhamento político, outra perspectiva de gestão, e que fez o OP de uma maneira diferente. Até dá para se discutir se era o OP ou não era, mas toda essa questão. E então volta 8 anos depois, o OP volta, ainda tem uma pandemia, e então eu gostaria de saber assim, como você acha que essa instabilidade, a ausência de, por exemplo, o OP não estar todos esses anos, vamos dizer, 20 anos consecutivos, como isso influencia o processo?

A6

- Olha, eu acho que essa revisão que foi feita esse ano, eu acho que tem que, assim, é muito necessária. Porque a sociedade, ela muda, né? Você tem que mudar de acordo com as necessidades da sociedade. Então, você citou Portugal. Eu tive vários encontros com o pessoal de Torres Vedras, que lá eles têm o OP, que tinha uma parceria, das duas cidades. Lá, por exemplo, eles não têm mais a necessidade de equipamento público. Então eles limitam o que vai ser colocado em cada, acho que distrito que eles chamam lá, e aí normalmente são programas, são projetos. - **São as freguesias, né?** - É, as freguesias, isso. E então, assim, diferente daqui que você ainda tem a necessidade de ter ou melhorar os equipamentos que temos, ou construir novos. Então isso é uma coisa que muda com o tempo. Mas, ao mesmo tempo, você já tem, diferente lá de 2001 a 2008, que não tinha asfalto, hoje você já tem. Então já esquece essa questão, como algumas... pouquíssimas exceções. A Chácara Flora, tal, como um lugar de chácara, mas diferente de lá. Então, assim, essa dinâmica social, esse movimento que a sociedade faz, acho que influencia muito na questão de como fazer a participação. Como usar a tecnologia hoje? É uma coisa que a gente tem que discutir. Vamos usar? De que forma a gente vai usar? É importante o contato presencial? Claro que é, sempre é. Porque aí você promove a discussão de uma forma que você consegue chegar num encaminhamento, às vezes no virtual você não consegue. Você dá a palavra, a pessoa não tem a palavra de novo, no virtual [aqui, se referia ao presencial] você discute, principalmente as SUBs. Quando você vai para as regionais já está meio que definido. Você vai lá só fazer a defesa, mas você já tem a obra que vai ser votada definida, é nas SUBs é que as discussões acontecem. E é discussão. Às vezes eu estava lá coordenando, pulava tempo à pessoa, mas ela começava a bater boca comigo. Eu tinha que responder, tinha que bater boca no bom sentido, mas questionar. E às vezes não eram coisas que iam para o orçamento, eram coisas de zeladoria. Então é explicar, "ah, mas é direito meu", sim, é direito. Não tem como falar que uma rua toda esburacada não é direito da pessoa que seja feito o tapa-buraco. É direito dela. Então tudo isso a gente tem que conversar como que a gente consegue... então é a ideia na cidade do Prefeitura nos Bairros, mas dá conta de fato? Ou não? Então a tendência também, por exemplo, é você, com muito cuidado, mas descentralizar os serviços. Mas assim, não fazer com que também a pessoa não se sinta pertencente à cidade como todo. Os equipamentos de cultura, por exemplo, eles estão mais aqui no centro. A casa da cultura, o teatro, a secretaria, enfim, Teatro Wallace, assim. Não é deixar a pessoa lá e de lá não vem mais para cá, mas você tem que fazer essa discussão.

Entrevistador

- E essa questão da mobilização, da participação e da, digamos, capilaridade do OP e tal, qual que é o papel que o Edinho tem nisso?

A6

- Ah, ele é fundamental para que isso continue, porque é uma forma que ele... não é ele necessariamente, é um grupo que ele representa que vê isso como prioridade de verdade, de fato. Então assim, tem umas questões que a gente... às vezes eu tentava interferir... não interferir, mas argumentar ou tentar, "Olha, mas não é bem assim, a gente não vai conseguir", alguma coisa assim. "Olha, se for decidido vamos fazer, eu vou dar um jeito". Então assim, ele inspira uma confiança muito grande, eu não tinha... é que

aconteceu a pandemia. Mas assim, quando ele fala "Não, a gente vai atrás", e vai. Então assim, tanto é que ele é referência da participação popular, quando o presidente Lula assume agora nesse terceiro mandato, ele faz um... eu acho que ainda dá para se aprofundar mais, mas ele faz um esboço de participação popular a nível nacional, ele coloca, ele abre lá algumas ferramentas para que as pessoas peçam, não sei se você chegou a ver isso, e isso veio daqui. Isso veio, com certeza, veio do Edinho, veio do exemplo de Araraquara. Porque assim, era uma marca muito forte do PT nos anos 1980, final dos anos 80, 90, e depois anos 2000, né, que começou lá no Rio Grande do Sul. E aí o próprio partido não vai mais aderindo essa forma de governar, e que também não pode ser uma marca de um partido. Porque senão acontece isso, "Ah não, isso é coisa do PT, então eu não vou fazer".

Entrevistador

- Tanto que em muitos lugares hoje chamam de... mantém fazendo, mas chamam de "orçamento cidadão", por exemplo, para desvincular da marca.

A6

- Então é isso. Porque assim, a gente... e ele cara, tem uma, além dessa força política que o Edinho se transforma hoje, para conseguir coisas e conseguir a credibilidade necessária, porque é ele que está atrás do projeto. E também assim, é uma outra dificuldade que a gente tem que superar. Porque o Edinho, em Araraquara, não sei o futuro, mas ele já contribuiu, agora vem uma outra... a partir do ano que vem a gente passa a viver uma outra era de outras lideranças políticas. Seja da situação, [seja] da oposição. Então a partir daí você tem que... como que a gente vai manter esse formato que a gente acredita, que esse grupo acredita, sem a figura do Edinho? Então assim, é um desafio.

Entrevistador

- Interessante. Dentro desse aspecto político, eu tenho mais duas perguntas só para a gente fechar. Dentro desse aspecto político que você citou, que é bem relevante para mim, como que você vê essa interação entre o que sai do orçamento participativo e a câmara de vereadores? Agora que você está aqui dentro, você passou pelas duas coisas, né? Isso é bem interessante para mim. Você está dentro do OP, agora dentro da câmara, como que se dá essa relação? Tem conflito, tem tensão, é mais cooperativo?

A6

- É, assim, a gente não tem a ousadia de não aprovar uma coisa que passou pelo OP, embora muitos gostariam. Quando vem a LOA aqui, inclusive na época que eu estava coordenador, eu senti falta disso, nessa última LOA quando eu estava aqui, que foi eu passei por uma só, porque eu estou há um ano e quatro meses, eu entro aqui no lugar da Taynara [Faria, deputada estadual], então eu passei por uma LOA só. Não vem indicado na LOA se é o OP ou não, na época a gente colocava isso. - **Deveria, sim.** - Deveria, deveria sim e a gente fazia isso. Quando a gente fechava o planejamento, as peças orçamentárias, a gente colocava o que era o OP e o que não era o OP. Então é muito difícil que não seja aprovado aqui coisas que foram decididas por quem colocou as pessoas aqui. Porque quando a gente faz

o OP a gente não fala em bandeiras partidárias, inclusive, tem muitas pessoas de direita, de outros segmentos políticos, ideologicamente falando, que participam do OP e vão lá e brigam, discutem, eu tenho algumas relações com pessoas consideradas de direita, até de extrema de direita, que eu mantenho até hoje e muito amigável, que pedem coisas para mim enquanto vereador, inclusive. Eu sei que a pessoa... entendeu? É por isso que eu não vou atender. Então isso que acontece aqui, primeiro, se você souber usar, por exemplo, eu posso, eu enquanto vereador, se eu moro na Zona Norte, ou tenho algum interesse, eu mobilizar a população, um segmento, para levar para o OP e não colocar uma emenda aqui. Foi o que eu fiz, por exemplo, na última plenária da cidade, que a gente começou a organizar para que eu faça um trabalho sobre o uso abusivo de álcool e drogas. E saiu numa conferência de criar um centro de referência para esse fim e isso nunca aconteceu de fato, mas lá também estava que era para passar para o OP. E quando eu estava como coordenador, eu não... eu procurava ser o mais neutro possível. Ninguém é neutro, mas eu procurava ser o mais neutro possível. E aí como vereador eu fiz o movimento de mobilização, como a Luana fez da proteção do bem-estar animal, foi o que ganhou, a gente ficou ali pau a pau, mas é legítimo levar a população para votar nesse centro de referência, nós ficamos em segundo lugar. A gente conseguiu ainda na virtual, ficar entre os três primeiros, e depois na presencial nós ficamos em segundo lugar. Então, é um instrumento que a gente também pode usar. Aí quando chega aqui, a única vez na história do OP que não foi aprovado aqui foi um projeto, um programa de pessoas LGBTQIA+. Foi a única vez, esses anos todos, que não foi aprovado e aí assim, você vê que é uma questão mesmo ideológica. porque era uma transferência... porque assim, o mesmo programa bem parecido, a gente já aprovou, foi do executivo, não foi do OP, mas o Executivo mandou, que é tipo uma bolsa para os meninos que fazem títulos de guerra, que eles têm uma dificuldade em se manter e tal, e é uma questão obrigatória, não consegue arrumar emprego, às vezes ia fazer exercícios às vezes esmaia, assim, pessoas passando dificuldade mesmo. Porque quem tem grana, se não quiser fazer não faz. Essa é a verdade. Agora, quem faz, que é obrigatório, às vezes não tem muita escolha. Então, a gente aprovou uma bolsa, aí tem todos os critérios, que é a mesma coisa para pessoas LGBT. E na sessão anterior, a gente aprova aqui, de forma unânime, essa para o título de guerra e quando entra, que veio do OP, essa questão também dessa transferência de renda para pessoas que vivem... às vezes são expulsas de casa, ou que se prostituem, se dá oportunidade para ter outra coisa, não é uma coisa só de transferência de renda, é todo um programa desenhado, e aí foi rejeitado. E isso foi uma coisa que foi muito marcante na história do OP e do momento que a gente está vivendo.

Entrevistador

- E aí, o que acontece?

A6

- Aí, ou assim, se tiver a possibilidade o prefeito pode fazer isso por decreto, se tiver já o recurso. Olha a incoerência, nós aprovamos a LOA e na LOA tinha [o projeto]. Então, teoricamente, a gente já tinha aprovado, todos os vereadores. "Então você não leu a LOA", foi a minha conversa, a minha defesa, "você votou contra, então você não deu a LOA, não é? Você não estudou a peça orçamentária que você votou

porque lá estava, textualmente". Aí, quando chega o projeto desenhado, elaborado, com as regras, deveres, transferência, valores e tal, aí reprova? Então, assim, como já estava na LOA, eu penso que o prefeito pode fazer isso por decreto. - **Justo.** - Que eu acho que ele deve fazer.

Entrevistador

- Sim. É um relato interessante de conflito entre as partes, que nunca tinha acontecido antes, mas como vem de uma pauta da plenária temática, daí...

A6

- É isso, foi por isso.

Entrevistador

- E a câmara hoje tem um espectro mais conservador ou é...?

A6

- Depende a pauta.

Entrevistador

- Depende a pauta.

A6

- Se tem coisas que a gente... Por exemplo, assim, hoje que eu percebo que antes, a diferença da outra, tudo que era transferência de renda não passava, ou tinha uma dificuldade muito grande, que era projetos sociais. Hoje não é tanto assim, pelo contrário. Então, quando eu estava, depois eu fui ser coordenador de habitação, antes de eu assumir aqui. Então, eu fiz um projeto de lei que era transferência de renda também, para locação social, que a gente estava sem programa de habitação de interesse social do governo federal, porque a prefeitura não tem condições de construir casa, não tem banco para financiar casa.

Entrevistador

- Até por isso que não aparece muito no OP, então? Porque a habitação hoje não tem aparecido.

A6

- Não, não é muito difícil. Como você vai... a prefeitura não tem como arcar, né? A gente até tem um programa, mas aí é uma outra história que a gente criou, de terrenos, de autoconstrução. Mas o aluguel social era uma coisa que se fazia muito necessário, assim. Quando eu entrei e assumi a habitação, você via lá pessoas sendo despejadas, tal. Então, a gente também cria um critério, vem aqui e passa tranquilamente. Se fosse a outra composição não passaria. Porque era uma coisa de enxergar que é um projeto eleitoral, que está transferindo renda. Então, tem algumas coisas que mudam. Agora, quando

a pauta de costumes entra de uma forma... A questão racial, por exemplo, é uma coisa que aqui é de boa. Na outra, nem tanto. Na outra composição. Então, vai depender. Agora essa questão LGBTQIA+ ou questão, por exemplo, que está agora do aborto, então, a gente também teve uma moção aqui de apoio a pauta, porque agora foi retirada, mas teve apoio de como eles estavam analisando lá no Congresso, e passou.

Entrevistador

- É bem incoerente.

A6

- É muito. E são os mesmos, às vezes, que fazem o discurso.

Entrevistador

- É, as vezes acendem para uma certa base. Tem toda essa questão dentro da câmara que também é outro debate que a gente teria. Bem, A6, última pergunta. Levando em constelação tudo que a gente conversou, etc. Você acha que o orçamento participativo, enquanto instrumento no geral, não só o daqui, ele tem como objetivo uma justiça territorial?

A6

- Tem não só a questão do território, mas a questão também do social, da tua voz se fazer presente quando você constrói um orçamento, quando você constrói uma cidade. Seja ela construção literal de uma obra pública, ou um programa que vai te beneficiar ou beneficiar alguma classe social que normalmente não teria voz. Então, assim, aí eu vou repetir uma frase. São duas, uma do Paulo Freire que eu gosto muito, que é "Decidindo é que se aprende a decidir". Então a gente tem que batalhar nessa, pegar essa frase e é isso, e não desistir. Porque não é um movimento fácil de se fazer. E a outra é que quando a gente é eleito, e é uma coisa que o próprio prefeito Edinho fala muito, a gente vive um momento democrático... a democracia não é só nas eleições, não é só o ato de votar, mas é tudo. É tudo o que você consiga exigir que os representantes que foram eleitos, que eles não decidam por você. Então você tem que fazer esse movimento o tempo todo. Então é uma ferramenta que muda o território.

Entrevistador

- E você acha que em Araraquara esse objetivo está sendo atingido?

A6

- Precisamos fazer alguns ajustes, mas eu acredito que sim. A gente transforma, a gente muda várias situações no município por meio do Orçamento Participativo. Pela ferramenta de participação popular.

Entrevistador

- De maneira mais ampla, até. - **Sim.** - E isso está modificando as relações de poder na cidade de alguma maneira?

A6

- Olha, tá. Ele muda. Eu acho que os historiadores, acho que a gente já pode até já... Na década passada isso já se deu, isso foi uma coisa que aconteceu. É uma coisa [de] antes e depois. Embora a gente tenha tido ótimos gestores públicos, a gente teve uma figura muito emblemática, que falava também de governar para a população, que é o Waldemar de Santi. Não sei se você já ouviu falar dele, foi um prefeito aqui muito popular, extremamente popular. - **Da década de 1990?** - Da década de 1990. Acho que ele foi... 1980. Ele foi três vezes prefeito, só perde para o Edinho. E aí você tinha essa coisa que ele olhava para os bairros, que era uma pessoa acessível, porque ele saía, ele atendia aqui no térreo da prefeitura, então ele era muito acessível. Mas assim, mesmo assim, ele só fazia as coisas para quem chegava até ele. Então assim... ele que criou o Selmi Dei. Só que sem asfalto, na época sem energia. Então não tinha... E ainda falava que Araraquara era uma das cidades mais limpas das três Américas.... mais limpa para quem se você tinha um monte de bairro sem asfalto, né? Então você tinha essa... no imaginário popular você tinha essa coisa... e aí quando você começa a mostrar, de fato, que existe um Hortênsias, que existe um Parque São Paulo, que existe... o OP, ele traz esses bairros em evidência. Aí muda essa questão das relações de forças, de o que fazer, de como fazer a gestão de uma cidade.

Entrevistador

- Perfeito, perfeito. A6, tem mais alguma coisa que você queira comentar, falar, algo que você acha que faltou, assim, alguma coisa sobre a cidade como um todo. Porque você falou, né, os condomínios fechados apareceram... Teve umas modificações grandes em Araraquara também nos últimos 15 anos. - **Sim, sim.** - Verticalização também, não sei se isso também está influenciando de alguma maneira.

A6

- Assim, o que eu penso, né, que a gente tem que fazer um trabalho, principalmente nas [plenárias] temáticas, e sair um pouco da nossa bolha. E bolha inclusive ideológica. Acho que a gente tem que... a gente ainda não rompe, porque são sempre os mesmos grupos. Então, assim, o jovem negro...

Entrevistador

- Eu percebi algumas sobreposições entre as conferências assim, de quem participa, então...

A6

- Percebeu? Então, assim, isso ainda a gente tem que avançar. Acho que é uma lição de casa, como hoje não tem uma fórmula, a gente tem que sentar e pensar. Porque a gente tem... quando a gente fala em gestão pública, a gente tem literalmente uma máquina. Prefeitura é o que mais emprega a cidade. Então, a gente tem que pensar nessas questões, porque se não ficam... a gente está achando que está fazendo a participação, principalmente nas temáticas, repito, atingindo realmente todo mundo e não está. A gente

está chegando naquele jovem lá na periferia que está fazendo um aviãozinho? Ele sabe dessa ferramenta? Ou, quando ele vem, a gente vai acolher? Como que a gente vai acolher e falar assim "olha, isso aqui é seu também". Acho que é isso.

Entrevistador

- Perfeito. A6, eu quero agradecer em nome da UNESP, em meu nome também, foi uma honra conversar contigo, enfim, ter tudo isso para minha pesquisa. Reiterar que tudo que a gente conversou tem caráter científico, então eu vou transcrever essa entrevista, vou utilizar enxertos dela, trechos dela durante a minha tese e, claro, depois ela vai ficar disponível num sistema fechado, como eu expliquei. E me coloca à disposição, qualquer coisa que você precisar no futuro, tanto eu quanto a universidade, a UNESP lá de Prudente, o que precisar...

A6

- Eu acho que é muito importante esses registros, né? Você ter... Acho que a gente também, no sentido de quando você terminar, eu acho que fazer um barulho aqui na cidade, sabe? Trazer, apresentar, lançar, enfim, mostrar que o que nós temos aqui está sendo o foco de estudo, isso é importantíssimo.

Entrevistador

- Sim, se for possível, eu estou à disposição.

A6

- Eu penso, eu acho que sim, e aí também se faltar alguma coisa, se você tiver, você tem meu telefone, né, uma coisa que ficou em dúvida, ou que eu não falei, que você acha que eu deveria, enfim, não sei. - **Sim, perfeito.** - Estou à disposição. Eu espero ter contribuído.

Entrevistador

- Obrigado!

Fim da transcrição